

# UMA PEDAGOGIA DA ESCRITA: INTELLECTUAIS LUSO-BRASILEIROS NO SÉCULO XVIII

Claudete Daflon  
(UFF)

Enchei os ternos votos

Da nascente esperança portuguesa;

Por caminhos remotos

Guia a verdade ao templo da grandeza:

Ide, correi, voai, que por vós chama

O rei, a pátria, o mundo, a glória, a fama.

(*À mocidade portuguesa*, de Silva Alvarenga)

## RESUMO

A atuação intelectual, dentro dos quadros da ilustração luso-brasileira, implicou a adesão inconteste ao princípio da utilidade. A clara tendência ao pragmatismo, por sua vez, atrelou-se ao compromisso com o progresso e a pátria. Nesse sentido, as ações dos intelectuais deveriam ser dirigidas ao fortalecimento do Estado e, conseqüentemente, da sociedade civil, como propõe Ribeiro Sanches. Desse modo, seria garantida a formação de ilustrados e profissionais que pudessem trabalhar a favor da riqueza do reino. Ao mesmo tempo, a atuação intelectual ganhou relevante dimensão pedagógica, uma vez que se caracterizaria tanto pela divulgação dos ideais ilustrados quanto pela participação no processo de formação educacional. Todavia, confundem-se cientistas e letrados, visto que, por um lado, ambos estariam voltados para a implementação do mesmo projeto político-ideológico; e, por outro, agiriam em diferentes campos discursivos, arriscando-se na escrita da ciência e na poesia. Assim, autores como Francisco de Melo Franco e Manuel da Silva Alvarenga são exemplares de uma atuação que se deu tanto nas letras quanto nos estudos científicos. De modo que, seja na sátira seja na poesia encomiástica, os autores encontram espaço, enquanto homens da ilustração, para uma atuação prática na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Ilustração – intelectuais – educação – poesia – ciência.

A publicação em 1794 da *Medicina Teológica* gerou grande repercussão. O livro, sem autoria identificada, gerou protestos que levaram ao recolhimento dos exemplares e à dissolução da Mesa Censória responsável por sua aprovação. O autor, mineiro de Paracatu, médico formado na Universidade de Coimbra, já tinha história pregressa com a censura e a perseguição. Francisco de Melo Franco (1757-1823) fora preso em 1779 por ordem da Inquisição sob a acusação de “Herege, Naturalista, Dogmático, negava o Sacramento do Matrimônio” (DINES, 1994, p. XXI). A adesão às ideias iluministas em circulação em Portugal rendeu-lhe quatro anos na prisão, após os quais retornou em 1782 para completar seu curso médico.

No livro de 1794, Melo Franco expõe as limitações dos métodos adotados pela Igreja para lidar com as paixões humanas. A seu ver, as penitências e as orientações religiosas, de um modo geral, pouco contribuíam para a reversão dos quadros morais desviantes, derivados que eram dos males do corpo: “Daqui se seguia naturalmente falar em todas aquelas enfermidades, que precediam os pecados da lascívia, cólera e bebedice, que também se pode dizer são suas origens...” (FRANCO, 1994, p. 5).

Formado nas cadeiras da Universidade de Coimbra reformada, o médico brasileiro sofreu os efeitos da crescente importância dada ao ensino da história natural, da química e da física. Viviam-se a valorização de “nomes como Newton na física, Harvey na anatomia, Boerhaave em patologia” (ABREU, 2006, p. 70). A relevância dos estudos de anatomia e a criação de laboratórios revelavam a dimensão prática assumida por esses estudos. Francisco de M. Franco não esteve alheio ao modelo mecanicista que então vigorava. De modo que o pensamento de Boerhaave, segundo o qual o corpo seria uma máquina composta de tubulações que canalizavam fluidos corporais de cuja circulação dependeria a saúde, se fez presente na *Medicina Teológica*. De fato, Melo Franco aplicou os princípios mecanicistas aos estudos dos nervos, que, para ele, “explicavam os movimentos do corpo humano e a comunicação entre o cérebro e o corpo” (ABREU, 2006, p. 72).

Contudo, a abordagem das paixões humanas como afecções do corpo já estava presente na obra de Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1699-1782). O médico português, cristão-novo, foi responsável pela elaboração de um projeto de reforma do ensino português que repercutiu nas mudanças impetradas no período pombalino. Ainda jovem saiu de Portugal, motivado por questões religiosas, mas também por “curio-

cidade científica”. Em sua experiência no exterior, estudou em Leiden com o próprio Boerhaave. Na década de 1760, “insinuando-se como ‘expert’ de um vasto plano de reforma no ensino universitário e particularmente do ensino médico” (ARAÚJO, 1984, p. 2), escreveu ao Reitor Gaspar Saldanha dizendo que, a pedido de D. Luís da Cunha, redigira em 1730 um novo método de estudar a ser aplicado na Universidade de Coimbra. Sua influência faz-se sentir na indicação de livros, de modo que “Autores como Descartes, Gassendi, Torricelli, Kepler, Boyle, Capasso e Heinecio, chegaram à Universidade antes mesmo da reforma pombalina de 1772” (ARAÚJO, 1984, p. 378).

Na sequência da publicação do Alvará de 28 de junho de 1759, com que se realizou a expulsão dos jesuítas, publicou as *Cartas sobre a Educação da Mocidade* (1760), com nítida repercussão nas reformas que se seguiram: “A filosofia geral dos programas das três faculdades que sumariamente enuncia foi, no essencial, a que a Junta da Providência Literária adotou na redação dos Estatutos [da Universidade de Coimbra], ainda que de forma mais moderada e cautelosa.” (ARAÚJO, 1984, p. 394)

A presença, portanto, de ecos do pensamento de Sanches, no trabalho de Melo Franco, não é surpreendente e sinaliza a filiação do médico brasileiro ao pensamento ilustrado português. Tal posição, por sua vez, está diretamente associada à contestação da autoridade da Igreja nos assuntos médicos. Desse modo, ao se dirigir aos confessores – que se tenha em conta o subtítulo da obra de 1794: *Súplica humilde, feita a todos os senhores confessores e diretores sobre o modo de proceder com seus penitentes na emenda dos pecados, principalmente da lascívia, cólera e bebedice* –, o autor desenvolve um discurso marcado pelo caráter instrutivo, em que visa explicitar o espaço que se deve destinar à atuação médica nos casos de desvios de comportamento. Sugere, então, leituras fundamentais ao conhecimento das patologias do corpo responsáveis pelos problemas morais dos quais o religioso – médico da alma e do corpo – deveria tratar. Se não pretende que o confessor seja conhecedor de toda a sabedoria médica, entende que há conhecimentos obrigatórios para a função dada aos que orientam os indivíduos acometidos pelas paixões. Por outro lado, ao buscar dirigir a formação adequada a um confessor, Melo Franco apresenta a *Medicina Teológica* como um manual apropriado à instrução, na medida em que trata ao mesmo tempo do ensinamento de fórmulas e da identificação das patologias, associando-as e, portanto, oferecendo suporte para as atividades

práticas.

Contrapõe-se, assim, a uma tradição marcada pela aliança da medicina à magia ou de visões como a defendida na obra de Brás Luís Abreu que atribuía a Deus a cura das doenças (ABREU, 2006). Haveria, por conseguinte, uma ascendência do corpo sobre a alma, na medida em que determinados comportamentos são entendidos como expressões de processos físicos degenerativos. Por isso, no texto de *Medicina Teológica*, há clara intenção de persuadir os confessores de que reside no corpo a explicação para comportamentos pecaminosos.

O autor faz verdadeira exortação aos confessores e lança mão de estratégias de convencimento a fim de fazer com que passem a adotar atitudes “médicas” em suas funções. Destaca a necessidade de um caminho racional para que se evite a ilusão, decorrente, sem dúvida, do obscurantismo relacionado à ausência dos conhecimentos dados pelas ciências físicas. Desse modo, vai construindo a feição instrutiva do livro explícita na organização que parte da definição do que são os nervos, para depois apontar-lhes as funções, para enfim explicar sua relação com as paixões humanas. Em sua argumentação, Melo Franco recorre a exemplos retirados da mitologia clássica e da Bíblia, em sua defesa da gênese física de certos estados morais, a exemplo do amor. A premissa assumida desloca da esfera religiosa para a científica não só o caráter das ações tomadas por doentes como também a sua resolução. Então, não se trata de orientar penitências, mas de ministrar medicamentos.

A receita de remédios físicos para as enfermidades provocadas pelo amor se coaduna com a perspectiva médica do Iluminismo, para o qual as paixões provocavam efeitos mórbidos sobre o corpo. O pensamento de Francisco de Mello Franco se afina, assim, com a perspectiva da Enciclopédia, onde se considera que ‘a loucura do amor’ provoca desordens na ‘economia animal’. (ABREU, 2006, p. 75)

Na condição de intelectual ilustrado, o médico brasileiro orienta-se pela secularização, embutida na recomendação das drogas no tratamento de questões morais; designando, desse modo, uma função moral ao médico. Essa função, contudo, se realiza precisamente na ação pedagógica; afinal, a instrução é crucial ao projeto ilustrado e perpassa as diferentes formas textuais de atuação intelectual.

O cunho pedagógico da escrita, por sua vez, está indicado nas ideias de Ribeiro Sanches, que advoga pela absoluta necessidade de servir à pátria e aos interesses do Estado. Por esse viés, a difusão dos

ideais iluministas ao lado do conhecimento a ele atrelado constitui tarefa dos intelectuais comprometidos com a sociedade civil como a entende Sanches. Não é de se estranhar, portanto, a preocupação manifesta em escritos importantes da época, como do próprio Antônio Ribeiro Sanches e de Luís Antônio Verney (1713-1792), com a condução da educação portuguesa. O que se coloca em questão é, no final das contas, a formação desse intelectual e profissional cuja ação contribuirá efetivamente para o progresso da pátria. Ou ainda: “Todas as leis que decretar o mais excelente Legislador, todo o trabalho e indústria de cada particular, se não levar a *utilidade* por último fim, vem a ser a destruição do Súbdito, e do mesmo Estado: assim que a utilidade pública e particular vem a ser o vínculo e alma da vida civil” (SANCHES, 2003-A, p. 7). O pragmatismo, implicado na atitude pedagógica, aparece relacionado ao patriotismo e à conservação da unidade pátria, mas está certamente associado à extração iluminista.

Tendo por base a função do processo educacional, em *As cartas sobre a educação da mocidade*, o cristão-novo faz um levantamento histórico em que assinala o caráter do ensino dirigido pelos padres, apontando-lhe a ausência de preocupação com a contribuição prática que a formação dada aos jovens possibilitaria à sociedade civil. Daí a importância e urgência de o Estado assumir a condução do ensino dos moços, para que se pudesse formá-los como súditos úteis ao reino. Defende que a religião e o Estado tenham jurisdição distinta, de modo que à primeira caibam os bens espirituais “porque Cristo declarou ele mesmo que o seu Império não era deste mundo, nem sobre as ações exteriores dos homens.” (SANCHES, 2003-A, p. 8)

Certamente, a abordagem inicial em perspectiva histórica sustenta a argumentação desenvolvida por Sanches sobre as diferentes jurisdições. No seu ponto-de-vista, distorções historicamente constituídas teriam levado à concessão indevida de poder aos religiosos, que, por conta disso, lograram ultrapassar as fronteiras do poder espiritual que lhes era legítimo. Dessa forma, compreende que os eclesiásticos não teriam autoridade para gerir a educação da mocidade, porque isso escaparia à jurisdição da religião e, portanto, representaria um desrespeito ao poder do soberano. Faz, desse modo, a defesa da secularização do poder e da educação.

Na *Medicina Teológica*, ainda que se apresente como finalidade instruir o confessor, a adequada capacitação para atuar em questões morais é conferida à medicina e não à religião. Apontando, em alguma

medida, o valor secular que as propostas apresentadas assumem no livro de Francisco de Melo Franco. Esse movimento de secularização, próprio à Ilustração, encontra-se expresso na construção de divisas que, na *Enciclopédia*, representou a separação entre o que se conhecia e o incognoscível, para no fim das contas “eliminar a maior parte do que os homens consideravam sagrado do mundo do saber” (DARNTON, 1986, p. 251).

Da mesma forma, coloca-se a secularização da educação alinhada com a difusão do conhecimento de natureza científica. Princípio abraçado pelo médico brasileiro e que se manifesta em suas obras pela atribuição pedagógica à atividade médica, “A obra de Francisco de Melo Franco participa, portanto, desse processo em que a medicina passa a exercer cada vez mais um papel pedagógico, procurando prescrever formas de garantir a saúde da população” (ABREU, 2006, p. 78). No entanto, como homem ilustrado que era, não limitará sua atuação pedagógica às prescrições médicas. Verá também na poesia um campo legítimo de ação, como no seu poema herói-cômico de 1785.

No Canto I do *Reino da Estupidez*, anuncia-se: “A mole Estupidez cantar pretendo / Que, distante da Europa desterrada, / Na Lusitânia vem fundar seu Reino.” (FRANCO, 1995, p. 51). Constituído de quatro cantos, o poema circulou anônimo, em um momento em que se assistia em Portugal a novo fôlego dado ao Santo Ofício sob o reinado mariano. Devido ao teor das críticas e à ridicularização de Coimbra presentes na obra, houve intensa perseguição ao possível autor, sem que se alcançasse desmascará-lo. A concepção central, explorada no formato do poema herói-cômico, diz respeito às condições desfavoráveis ao desenvolvimento da ciência e do pensamento ilustrado. Utiliza-se o poeta da alegoria para fazer ver que a Estupidez não teria lugar na Europa desenvolvida, mas encontraria espaço precisamente na sociedade lusitana. Para tanto, faz valer, ao longo dos versos, oposições como luzes e ignorância, ciência e atraso.

Com a Estupidez vêm as fúrias: o Fanatismo, a Hipocrisia, a Raiwa, a Inveja e a Superstição. Ao passar pelas nações europeias, a Estupidez é expulsa; uma vez que não há como se estabelecer onde Minerva, que “nos ânimos infunde novas luzes”, impera (FRANCO, 1995, p. 54). Encontrará pouso, contudo, em Lisboa; porque ali estão dadas as condições que podem fazê-la prosperar. A referência é à “Viradeira” do reinado de D. Maria I. Daí o lamento pela ausência do primeiro ministro de D. José I: “Diz que já o Pombal faz tanta falta / Porque ele era somente quem sabia / Desta raça abater o grande orgulho.” (FRANCO, 1995, p.

62). Os aliados da Estupidez seguem a pronunciarem-se a respeito do que encontram em terras lusitanas. Como a Superstição, ao dizer: “Lisboa já não é, torno a dizer-vos, / A mesma que há dez anos se mostrava. / É tudo devoção, tudo são terços, / Romarias, novenas, vias-sacras” (FRANCO, 1995, p. 66-67). Se a Superstição compraz-se com a religiosidade encontrada, a Hipocrisia aponta a condição humilhada do português, chamado de “macaco” por imitar os caprichos e não as virtudes de outras nações. E ainda sobre o homem lusitano: “Um confirmado tolo, que não sabe / Nem artes, nem ciências, nem comércio. / Miserável nação! Que fielmente / Os tesouros franqueia aos estrangeiros” (FRANCO, 1995, p. 68). Dentro dos parâmetros da formação e da atuação de Melo Franco, equivalem a ignorância e o atraso à ausência da ciência. E um país atrasado mais largamente se permite usurpar pelos estrangeiros.

Assenta-se a Estupidez em Coimbra sob a aprovação dos lentes e doutores da Universidade, tendo por contraponto Tirceu, representação de José Monteiro da Rocha, Lente de Prima em Matemática. Apresentado como homem singelo, voltado aos livros e à contemplação da Natureza, torna-se espécie de porta-voz dos princípios defendidos pelo poeta, como na afirmação de Pombal e de suas políticas: “Aquele tempo em que contentes vistes / Entrar nesta cidade triunfante / O grande, invicto, o imortal Carvalho, / As vezes de seu rei representando” (FRANCO, 1995, p. 78). E, de forma equivalente a Minerva, o Marquês de Pombal aparece como portador das luzes que expulsam a Estupidez: “Vistes ao grão marquês, qual sol brilhante / De escura noite, dissipando as trevas, / A frouxa Estupidez lançar ao longe; / E erigir à ciência novo trono / Em sábios estatutos estribado.” (FRANCO, 1995, p. 78-79)

A posição evidentemente assumida na sátira demonstra o que a leitura de *Medicina Teológica* também permite perceber: Melo Franco identifica-se ao intelectual ilustrado a serviço da pátria. O que não deve ser confundido com um sentido de brasilidade, porque não se tratava disso. A questão que se coloca é a do Império Português, do qual o Brasil fazia parte.

De fato, no prólogo ao poema, já havia o autor explicitado sua opinião. Em sintonia com a formulação de Ribeiro Sanches sobre a jurisprudência da Igreja e do Estado, observa:

Que os Canonistas saem daqui com o cérebro entumecido com tanto Direito de Graciano, sem crítica, sem método, engolindo, com alguns verdadeiros, imensos Cânones apócrifos, dando ao Papa, a

torto e a direito, poderes que lhe não competem por título nenhum e desbulhando os Reis dos que por Direito da Monarquia lhes são devidos (FRANCO, 1995, p. 49).

Há o eco das críticas já amplamente feitas por Sanches, ao mesmo tempo em que se explicita o espírito da obra: o poema tem uma finalidade prática. Não por acaso, nos versos, mostram-se as atitudes viciosas tanto dos lentes quanto dos estudantes. Nesse aspecto, em especial, propõe demonstrar as atitudes indesejáveis dos jovens mal conduzidos em suas ações, à maneira do que ocorre em outro poema herói-cômico: *O desertor* (1774), de Manuel da Silva Alvarenga (1749-1814).

Ainda, no *Reino da Estupidez*, expõe-se o vício dos estudantes: “Tal a cega paixão, o vil apego, / Que estes miseros moços têm aos vícios! / Esta gente, revolta e mal criada, / Tão soberba e ociosa, que entre tantos, / Apenas se acham ao muito doze / Que o nome de estudantes bem mereçam” (FRANCO, 1995, p. 86). A função de expor os vícios também aparece indicada no prefácio à sátira de Silva Alvarenga: “É desnecessário trazer à memória a autoridade e sucesso de tão ilustres Poetas para justificar o poema herói-cômico, quando não há quem duvide que ele, porque imita, move e deleita, e porque mostra ridículo o vício, e amável a Virtude, consegue o fim da verdadeira poesia” (2005, p. 336).

A escolha do satírico repousa, na verdade, no princípio horaciano do deleite e da utilidade na poesia. E precisamente isso possibilita que, ao mostrar o vício, se cumpra a função de instruir a virtude. Nessa chave, a presença de jovens estudantes em um e outro poema é demonstrativa da preocupação tanto com as instituições educacionais quanto com a ação pedagógica que pode levar ao *esclarecimento*.

A Ignorância, alegoricamente instituída, à maneira da Estupidez, no poema de Silva Alvarenga será capaz de seduzir os estudantes. Junto a ela também agiam o Ociosidade e a Preguiça. A Ignorância toma a forma de um “célebre antiquário” chamado Tibúrcio, que “Sabe enredos urdir e por-se em salvo” e busca convencer o jovem Gonçalo a se afastar dos livros “Que esperas tu dos livros? / Crês que ainda apareçam grandes homens / Por estas invenções, com que se apartam / Da profunda ciência dos antigos?” (ALVARENGA, 2005, p. 342). Os antigos referidos seriam os escolásticos, aqui defendidos pela Ignorância, que, em tom de nostalgia, observa “Noutro tempo dos Sábios era a língua / *Forma* e mais *forma*” (ALVARENGA, 2005, p. 343). Alude às práticas retóricas e em tudo considera a superioridade dos tempos passados. O

efeito desejado é alcançado, e Gonçalo rende-se aos apelos de Tibúrcio e escolhe afastar-se dos estudos fatigantes.

O comportamento de Gonçalo e dos amigos que passam a acompanhá-lo segue caracterizado pela inconseqüência e preguiça, tornando-se exemplares dos ignorantes, em mais de um aspecto. A exemplaridade, no entanto, também é explorada pelo inverso, quando Ambrósio resolve aconselhar o grupo de estudantes ao demonstrar as conseqüências sofridas em sua vida pelo desinteresse em estudar. Apresenta-se como um velho desgraçado que “Era então como vós. Jamais os livros / Me deveram cuidado, e me alegrava / Das noturnas empresas, dos distúrbios” (ALVARENGA, 2005, p. 353).

O sentido educativo que assume o poema vem aliado, contudo, a princípios de desenvolvimento científico caros aos ilustrados. Mineiro de Vila Rica, Silva Alvarenga ingressou na Universidade de Coimbra em 1771 e assistiu ao processo de reformas encetadas no governo de Pombal. Fábio Lucas, em texto sobre o poeta, considera que este houvera publicado *O Desertor* “ao sopro do entusiasmo da época” (LUCAS, 1998, p. 36).

Entretanto, não seria apenas o poema herói-cômico expressão da aprovação às reformas:

A julgar pelas obras que o poeta publica em homenagem tanto à reforma da Universidade (como a *Ode à mocidade portuguesa*) quanto à inauguração da estátua equestre de D. José I (uma ode e um soneto) e ao próprio monarca (a *Epístola a D. José I*), o entusiasmo com que se dedicou às questões acadêmicas e à ação anti-seiscentista promovida pelo Marquês de Pombal foi grande (MORATO, 2005, p.XX).

Destaca-se nessa produção poética o viés encomiástico, coerente com o projeto político-ideológico da Ilustração portuguesa. Ivan Teixeira, ao discutir a existência de um mecenato pombalino, considera: “No Setecentos não se concebia o poema senão como extensão da ordem do Estado, concedidas as mediações da emoção e do prazer. Filiada à retórica, a poética mantinha um olho na urdidura do texto e outro na trama social” (1999, p. 14). A organicidade dada à poesia está posta em direta consonância com a atuação desses intelectuais-escritores comprometidos com o projeto político em andamento. Em sua reflexão sobre *O Uruguay*, de Basílio da Gama, Teixeira discute como a recepção crítica ao poema notabilizou-se pela tentativa de identificação de elementos de um indianismo pré-romântico, deixando de lado a motivação central

dos versos do poeta brasileiro: o louvor a Pombal. Por esse viés, entende encontrar-se nos versos estudados a expressão de uma ilustração portuguesa, na medida em que “glosa uma das principais constantes temáticas (pombalismo + antijesuitismo = domínio das Luzes), adotando uma das formas poéticas preferidas da Ilustração, o encômio alegórico...” (TEIXEIRA, 1999, p. 33).

Acrescenta ainda que a recusa à metáfora engenhosa seiscentista a favor da verossimilhança teve por fim último garantir o efeito persuasivo dos versos. Em outras palavras, a busca por clareza na poesia está de acordo com a associação entre o ensinar (*docere*), deleitar (*delectare*) e persuadir (*movere*), assinalando tal procedimento como “instrumento da reforma cultural do país” (TEIXEIRA, 1999, p. 161).

Em seu texto sobre poder e intelectuais no período pombalino, Maria Helena Carvalho dos Santos observa que, nesse contexto, não se distinguia o filósofo do literato, cuja atuação se dava também na poesia. Na verdade, esses filósofos-literatos seriam, antes de mais nada, “escritores-divulgadores”, a exemplo de autores como Ribeiro Sanches (SANTOS, 1984). A ampla difusão do princípio horaciano da utilidade na poesia deveu-se, por sua vez, à penetração dos princípios defendidos na *Arte Poética*, de Francisco José Freire, o Cândido Lusitano, que entedia a poesia “subordinada à filosofia moral, concebida como a ética de seu momento político” (TEIXEIRA, 1999, p. 212). Publicação de 1759, surge como resposta à demanda pela sistematização de conhecimento, constituindo verdadeira compilação de textos, na qual Freire observa, sobretudo, a coexistência da utilidade e do deleite na poesia, em especial em gêneros baixos como a sátira. É, contudo, realmente digna de atenção a repercussão de seu escrito entre os poetas: “Basílio da Gama, assim como outros árcades luso-brasileiros, manifestou-se dócil aos ensinamentos do Cândido Lusitano” (TEIXEIRA, 1999, p. 213).

As circunstâncias assim estabelecidas favoreciam amplamente à prática da sátira e do encômio, em tudo condizentes com as premissas do escritor-divulgador. Se o encômio participava da concepção de poesia como aparelho de Estado, apreciado como verso lírico que se destinava “ao louvor do soberano e seus eleitos, entendidos como escolhidos por Deus” (TEIXEIRA, 1999, p. 406), a conotação política e ideológica da atuação intelectual encaminhava igualmente ao exercício da sátira, dentre outras coisas, pelas potencialidades pedagógicas dessas práticas poéticas. Enquanto forma de propaganda de figuras públicas e dos projetos por elas representadas, o encômio possibilitava a divulga-

ção, ao mesmo tempo em que, pelo viés da exaltação, funcionava como peça de convencimento. Por outro lado, o deleite é um importante aliado da instrução e, nesse sentido, a sátira é bastante eficiente.

A força política do discurso satírico precisa ser considerada, especialmente quando se conduz a discussão sobre a atuação ilustrada desse intelectual luso-brasileiro comprometido com as prerrogativas do Estado. O papel da sátira aparece expresso de forma contundente nas *Cartas Chilenas*, de Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810), que circularam manuscritas em 1785. Em seu estudo “As origens intelectuais e políticas da Inconfidência Mineira”, Luiz Carlos Villalta observa que os versos de Gonzaga encerravam princípios que seriam defendidos pelos conjurados (2007, p. 579). A consideração do estudioso aponta para uma estreita relação entre a produção literária e os pressupostos políticos, o que converge com a compreensão de que a atuação desses intelectuais ilustrados realizava-se igualmente em textos de natureza política, em escritos de ciência e na poesia.

Villalta prossegue, observando que “Elas [*Cartas Chilenas*] se inscrevem numa tradição discursiva de insultar e criticar autoridades por meio de manuscritos anônimos, então chamados pasquins”, ao mesmo tempo em que também se assemelham aos libelos que, embora parecidos com os pasquins coloniais, eram impressos (VILLALTA, 2007, p. 579-580). A respeito, contudo, da dinâmica caracterizada pelo ataque a Luís da Cunha Menezes, governador da Capitania de Minas Gerais entre 1783 e 1788, comenta o historiador: “Gonzaga, por meio das Cartas, vitupera o governador. Para satirizá-lo e denunciar os seus desmandos, caracteriza Fanfarrão Minésio como um tirano e, ao mesmo tempo, desenha as linhas gerais do bom governo” (VILLALTA, 2007, p. 581). A exposição do vício associa-se à apresentação da virtude, consolidando o sentido educativo da sátira. Todavia, o autor alerta que as imagens do bom governo e da tirania têm “convergências com as teorias corporativas de poder da Segunda Escolástica, com as Luzes e com as preceptivas retóricas” (VILLALTA, 2007, p. 581). Designa-se um leque de referências possíveis na composição das *Cartas Chilenas*, mas termina por concluir que Gonzaga criticou a tirania, embora fosse ambíguo em relação ao direito de insurgência.

Levando-se em conta as importantes implicações do formato satírico no contexto da atuação ilustrada do século XVIII, algumas reflexões sobre o gênero merecem atenção. João Adolfo Hansen, ao debruçar-se sobre a obra atribuída a Gregório de Matos, ressalta o caráter

convencional próprio ao satírico, marcado pela constituição de uma *persona* que não pode ser confundida com a pessoa mesma do autor: “A sátira dramatiza paixões, que estão na natureza, como se escreveu; não é informal, porém, nem psicologicamente expressiva, pois as paixões sofrem codificação retórica, que as regula, distribui e amplifica como outra natureza discursiva” (HANSEN, 2004, p. 51). A dramatização própria à sátira está, portanto, diretamente ligada à constituição de uma máscara dramática, a *persona* satírica. A encenação das paixões, da ira, do vitupério, enquanto procedimento retórico, é persuasiva e educativa. Na verdade, a sátira tem aspecto moralizante, uma vez que o cômico está a serviço de uma ordem. De fato, embora ataque incisivamente membros particulares dos poderes constituídos da época, a sátira não se constrói como oposição a esses poderes. Na verdade, a rebeldia da *persona* satírica defende o costume, mostrando-se pedagógica na exposição do vício: “a sátira não se posiciona, de modo algum, contra a moral, consoante uma leitura apressada poderia pressupor. Trata-se, antes, do desenvolvimento de uma artificiosa técnica de contraponto: ocupar-se do vil, do sórdido, como estratégia que apontaria para um plano diametralmente oposto” (OLIVEIRA, 2003, p. 39).

A eficiência persuasiva da sátira é aliada importante em um projeto que requer mudanças na formação e atuação intelectual. Frente a isso, vale considerar como, no herói-cômico de Silva Alvarenga, a sátira alia-se ao encomiástico. Pois, na medida mesma da exposição satírica dos vícios, assiste-se à exaltação de Pombal: “...as Ciências / Tornam com ele aos ares do Mondego; / E a Verdade entre júbilos o aclama / Restaurador do seu império antigo.” (ALVARENGA, 2005, p. 339). Processo semelhante faz-se observar no *Reino da Estupidez*, em uma demonstração da importância da poesia de louvação.

É preciso considerar, entretanto, que as iniciativas pedagógicas na escrita estão atreladas à organicidade conferida ao conhecimento. Robert Darnton lembra que Diderot, no *Prospectus*, explica que a palavra “enciclopédia” se origina do termo grego correspondente a círculo. A circularidade sugerida relacionava-se ao sentido de concatenação, no caso, das ciências. Em sua discussão sobre a árvore do conhecimento proposta na *Enciclopédia*, Darnton analisa os aspectos inerentes ao modelo de conhecimento em questão: “Ainda mais importante era a metáfora da árvore do conhecimento, que comunicava a ideia de que o conhecimento crescia num todo orgânico, apesar da diversidade de seus ramos” (1986, p. 251). O conhecimento concatenado previsto no pensa-

mento ilustrado está plenamente de acordo com uma prática que propõe a ação como cientista e poeta.

Silva Alvarenga, como ilustrado, à maneira de outros escritores luso-brasileiros, defendia o desenvolvimento da ciência; diante disso, lançou-se aos estudos da matemática ao mesmo tempo em que se dedicava à poesia.

...outra característica de Silva Alvarenga que vai ser evidenciada ao longo de toda a sua vida é o entusiasmo pelas questões científicas; não seria de espantar que na Universidade reformada, que deu tanta ênfase aos estudos das ciências, ele se dedicasse a este tipo de matéria. O fato de em 1773 aparecer matriculado em Cânones e Matemática parece tanto apontar para este gosto quanto para a amplidão de sua formação (anos mais tarde, na devassa, o poeta afirmou que sua paixão ‘só se dirige à poesia e a algumas obras matemáticas’. (MORATO, 2005, p. XXIII)

Alia, então, o poeta à matemática a poesia, sob a batuta certa da razão, expressando sua adesão a um contexto em que o conhecimento matemático orienta uma nova prática científica. Ao lado do mecanicismo, hegemônico na cultura ocidental do século XVIII, observa-se um importante processo de matematização que teria caracterizado a ciência moderna: “Entre a ciência grega e a moderna (...) há um profundo hiato ou, melhor dizendo, uma ruptura, sintetizada pelas palavras experimentação e matematização” (JAPIASSU, 2001, p. 59). A importância da linguagem geométrica e matemática está explícita em Galileu e associa-se ao método experimental, constituindo os fundamentos da revolução científica do século XVII: “Não basta mais observar a natureza. O que importa, doravante, é saber colocar as questões e, sobretudo, saber decifrar e compreender as respostas. Em outros termos, o importante é que se aplique à experiência as leis da medida e da interpretação matemática” (JAPIASSU, 2001, p. 74).

A valorização da matemática por Silva Alvarenga denota seu envolvimento com o novo saber proposto pelas práticas científicas modernas, assim como sinaliza o engajamento com a difusão dessas práticas. Fábio Lucas, por sua vez, assinala como se dá na obra do poeta a convergência poesia-matemática, realizada não apenas no plano temático, mas nos próprios procedimentos formais: “Assim sendo, chega-se à conclusão de que a obra de arte agrada pela realização do belo matemático ou pitagórico. ‘O belo’ – nas palavras de Dante Tengali – ‘se caracteriza pela unidade na multiplicidade, pela harmonia do todo, pela

adequação entre as partes, pela justa medida, pela *lúcida ordem*” (LUCAS, 1998, p. 41). O bom gosto aparece associado à clareza, elegância e equilíbrio.

A valorização do conhecimento matemático, integrante do pensamento ilustrado, já se fizera notar, todavia, nas considerações de Ribeiro Sanches sobre o ensino de medicina. Na introdução ao *Método para aprender e estudar a medicina*, de 1761, afirma:

Proponho a Medicina fundada na verdadeira Física e Geometria: Proponho o método de saber pensar, e de enunciar-se com clareza, ordem e elegância, ornando o juízo com a História e com a Geografia, e um Reino onde até agora não se ensinaram publicamente estes conhecimentos: pelo contrário floresceram nele somente aquela Filosofia escolástica, que servia de introdução para estudar esta ciência. (SANCHES, 2003-B, p. 1)

As mesmas clareza, ordem e elegância que se esperam encontrar na poesia: princípios que devem ser almeçados na enunciação do homem ilustrado. Em sua proposta de um Colégio da Filosofia, pelo qual deveriam passar os aspirantes aos estudos médicos, Ribeiro Sanches entende que deve o aluno “aprender aquela arte que busca os princípios e a conexão dos nossos conhecimentos; combinando os efeitos para descobrir as causas; e ponderando estas para prever e determinar os efeitos possíveis, ou que necessariamente se devem seguir delas” (SANCHES, 2003-B, p. 4). Posiciona-se, assim, contrariamente ao processo de degeneração que verificara ter sofrido a filosofia sob o controle escolástico.

Ainda em sua reflexão sobre o que deveria saber um estudante para estudar medicina, nota como a exemplaridade dada pelo ensino da História Universal e da História da Filosofia seria de grande utilidade para os estudantes, em consonância com o sentido patriótico dessa educação que forma ilustrados, cujo conhecimento reverterá para o Estado ao qual serve. Mas ao proveito a ser tirado do estudo das disciplinas mencionadas acrescenta que a utilidade de outra área “poderá ser superior”: a *História Literária* (SANCHES, 2003-B, p. 6).

Em sua defesa do ensino do que chama História Literária, argumenta o médico sobre a necessidade de saber escolher os livros excelentes à custa de, ao fazer uso de fontes não recomendadas, vir a reter ensinamentos errados. À conotação prática dada pela necessidade de economizar tempo soma-se, na argumentação de Sanches, a necessidade de que os estudantes leiam sob orientação. Em outras palavras, trata-

se de conduzir a formação, ao se excluírem obras que não corroborem a posição política, filosófica ou ideológica desejada.

Por outro lado, junto à tremenda relevância dada à matemática, aparece igualmente destacada a Filosofia Moral, uma vez que a atuação dos profissionais integra uma ação política que lhe dá sentido, enquanto contribuição para a sociedade. Na ótica do médico, ao compromisso com a utilidade deve ser associada uma educação que englobe saberes suficientes aos serviços a serem prestados à Pátria. E, dessa forma, configura-se o ilustrado luso-brasileiro:

Nenhum Médico, Jurisconsulto, ou Teólogo foi célebre na sua arte, se não teve o entendimento ornado com o estudo das humanidades: aquele desejo de saber, aquele gosto que se sente lendo os escritos da Eloquência e da Poesia, (...). É certo que o fim de todos os estudos deve ser informar o ânimo de tal modo, que fique capaz de obrar ações excelentes na profissão que escolheu, ou saber escrevê-las, e que incitem a quem as ler, obrar outras semelhantes (SANCHES, 2003-B, p. 12).

A poesia integra a formação dos moços assim como participa do projeto ilustrado. Daí ser ela vinculada à divulgação do saber e de práticas, na medida em que levaria aos leitores o desejo de seguir o modelo daquele que escreve. Nesse entendimento, a boa escrita aparece como aliada e o exercício da poesia convive com a atuação como Médicos, Jurisconsultos ou Teólogos.

A circulação por diferentes áreas de saber alcança organicidade, sobretudo, na ação pedagógica. Não é de se estranhar, por conseguinte, que a importância da educação no período venha sendo largamente apontada. No artigo “A Formação do homem-público no Portugal setecentista: 1750-1777”, Ana Rosa Cloquet da Silva relaciona a questão educacional à atuação pública do intelectual luso-português. Se a educação era uma premissa da Ilustração, no contexto português, ganha conotações próprias:

“E aqui, vale notar, se a reforma das doutrinas pedagógicas era uma necessidade premente no país que foi o próprio berço da Ilustração, como era o caso da França, naqueles de regimes absolutistas e fortemente católicos, apresentaram-se como um baluarte primordial no processo de secularização da sociedade” (SILVA, 2003, p. 3).

O processo educacional fortemente relacionado a exigências de desenvolvimento econômico teria sua importância dada, no caso português, pela necessidade de se derrubarem as barreiras construídas à se-

cularização. Destacando a problemática frequentemente apontada à época sobre o atraso português, a autora menciona o *Discurso político sobre as vantagens que o Reino de Portugal pode tirar da sua desgraça, por ocasião do terramoto do 1º. de Novembro de 1755*, cuja autoria tem sido habitualmente atribuída ao Marquês de Pombal. No discurso, a questão mercantil, haja vista o espaço concedido aos ingleses na economia no comércio com as colônias, aparece associada à defasagem científica. Aponta-se para a necessidade de formação intelectual a fim de reverter a situação vigente, o que implicaria tanto o contato com o conhecimento em circulação na época, daí a importância de viajar, quanto a introdução local de contribuições estrangeiras. Algo já colocado por Ribeiro Sanches, que acreditava ser necessário sair de Portugal para aprender. Por outro lado, está posta a necessidade de desenvolvimento de um sistema de formação local, em que esteja incluso obrigatoriamente o ensino das ciências.

Ao lado do cosmopolitismo das Luzes que implicava a integração de Portugal à circulação internacional do saber, havia notável “preocupação em estabelecer-se os próprios *limites da soberania nacional*, no plano das relações externas” (SILVA, 2003, p. 10). Esse, de fato, é um movimento observável em Ribeiro Sanches. Embora defenda a viagem como forma de aperfeiçoar o conhecimento, não se mostra a favor de os estrangeiros atuarem em Portugal. Há clara preocupação com a soberania portuguesa, coerente com o patriotismo apregoado e ao qual se vincula a educação política: “O compromisso com o Estado e uma atuação revestida de utilidade conferem ao intelectual, formado sob essas premissas, uma evidente função política” (SILVA, 2003).

A função política, porém, não pode ser desatrelada à difusão da ciência. As reformas educacionais encetadas visavam à formação desse homem público comprometido com o progresso da pátria. Daí a proposição de estudos retóricos em novos moldes, de modo a favorecer a atuação política do intelectual em seu compromisso com o fortalecimento e desenvolvimento do Estado português. Todavia, se o “falar bem”, que se alia tanto à atividade do comerciante como à instrução das novas ideias, é objetivado com as mudanças no ensino da retórica, por outro lado, a renovação deverá possibilitar a difusão do conhecimento científico antes ausente da educação portuguesa. Dessa forma, o ensino renovado da retórica integra-se à incorporação “das ciências físicas e naturais, bem como da geometria...” (SILVA, 2003, p. 18)

As contradições inerentes, contudo, à situação portuguesa estavam expressas na tentativa de limitar a Ilustração no que poderia haver de ameaçador à Igreja.

Em outros termos, a “descristianização” religiosa sugerida pela *Encyclopédie* era por demais radical, para ser incorporada num contexto em que o clero ainda era um dos principais sustentáculos do poder político, de modo que o rompimento com as “forças do passado”, embora necessário à fecundação das reformas, impunha a necessidade de se precaver contra as tais “heresias de um novo tipo”, trazidas no bojo das ideias ilustradas (SILVA, 2003, p. 22-23).

Nesse sentido, vale considerar a atuação da Mesa Censória, que, apesar de apontar em direção à secularização, na medida em que colocou a censura nas mãos do Estado, evidenciava a permanência da necessidade de controle sobre as ideias ilustradas circulantes. Por isso, a perseguição ao livro de Francisco de Melo Franco, em resposta à atribuição do tratamento das questões morais ao médico, decorre do “radicalismo” indesejável da obra.

De qualquer forma, no âmbito da Ilustração portuguesa, estão intimamente relacionados os estudos da retórica, das humanidades, das ciências físicas e naturais e da Filosofia Moral. A questão do “caráter”, da ausência de vícios, aparece vinculada à formação moral necessária a esse intelectual luso-brasileiro do século XVIII. Ribeiro Sanches ressaltava a importância da Filosofia Moral, pois ao conhecimento deve-se associar o senso de compromisso político e moral com a sociedade civil, sem o qual a atuação do homem de ciências não seria revestida da utilidade que, em última instância, lhe confere sentido. De fato, como o historiador Francisco Falcon observa, os escritos de Sanches são manifestações da mentalidade ilustrada (1993, p. 354).

Conseqüentemente, a condição de ilustrado luso-brasileiro significou, na vivência da organicidade do saber, a construção de uma pedagogia da escrita, no que possibilitasse a difusão de novas matrizes de pensamento e a construção de quadros intelectuais aptos a operarem as mudanças exigidas pelo cenário político-econômico internacional em vigor. A poesia, os escritos de ciência e de filosofia alinhavam-se no apelo a uma juventude à qual urgia superar o atraso herdado: era preciso voar.

**ABSTRACT**

Intellectual practices among enlightened Luso-Brazilian thinkers in the 18<sup>th</sup> century was thoroughly characterized by the principle of utility. The clear trend of pragmatism it brought about, in its turn, associated with the general adherence to progress and nation. In view of that, the intellectuals' efforts were all turned to the strengthening of the State and, as a consequence, of the whole civil society, as advocated by Ribeiro Sanches. However, for that to be feasible it was necessary to reformulate the educational model to such an extent that the formation of individuals enlightened, professionalized, and willing to work hard for enlarging the monarchic wealth could be guaranteed. At the same time, the intellectual performance reached a relevant pedagogic dimension, once it was guided both by the dissemination of the enlightened ideals and the participation in the process of educational formation. Notwithstanding, scientists and intellectuals got confounded on account that, on the one hand, both were devoted to the implementation of the same political-pedagogic project, and, on the other hand, because they had to work in different discursive areas while venturing themselves into the recording of science and into poetry. Thus, Francisco de Melo Franco e Manuel da Silva Alvarenga are examples of authors who were simultaneously active in the literary and scientific studies. So, whether in satire or in encomiastic poetry, authors viewed as products of enlightenment always found space for a pragmatic participation in society.

**KEY-WORDS:** Enlightenment – intellectuals – education – poetry – science

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Jean Luiz Neves. A educação física e moral dos corpos: Francisco de Mello Franco e a medicina luso-brasileira em fins do século XVIII. *Estudos Ibero-Americanos*, PUC-RS, v. XXXII, n. 2, p. 65-84, dez 2006.
- ALVARENGA, Manuel Inácio da Silva. *Obras poéticas: poemas líricos*, Glaura, O desertor. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- ARAÚJO, Ana Cristina. Ilustração, pedagogia e ciência em Antônio Nunes Ribeiro Sanches. *Revista de História da Ideias*, vol. 5, p. 377-394, 1984.
- DAFLON, Claudete. Caminhos do saber: literatos e cientistas no Brasil do Setecentos. In: OLIVEIRA, L. E. (org.) *A legislação pombalina sobre o ensino das línguas: suas implicações na educação brasileira (1757-1827)*. Maceió: EDUFAL, 2010. p 181-196
- DARNTON, Robert. Os filósofos podam a árvore do conhecimento: a estratégia epistemológica da *Encyclopédie*. In: DARNTON, R. *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Trad. Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 247-269
- DINES, Alberto. A inquisição como farsa. In: FRANCO, Francisco de Melo. *Medicina Teológica*. São Paulo: Editora Giordano, 1994. p. xvii-xxxvi.
- FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1993.
- FRANCO, Francisco de Melo. *Medicina Teológica*. São Paulo: Editora Giordano, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Reino da Estupidez*. São Paulo: Editora Giordano, 1995.
- HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial; Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- JAPIASSU, Hilton. *A revolução científica moderna: de Galileu a Newton*. 2ª ed. São Paulo: Letras & Letras, 2001.
- LUCAS, Fábio. *Luzes e trevas: Minas Gerais no século XVIII*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- MORATO, Fernando. Introdução. In: ALVARENGA, Manuel Inácio da Silva. *Obras poéticas: poemas líricos*, Glaura, O desertor. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. xvii-lxii
- OLIVEIRA, Ana Lúcia M. de. Breves anotações sobre a musa praguejadora da 'Época Gregório de Matos'. In: ROCHA, Fátima Cristina Dias (org.). *Literatura Brasileira em foco*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003. p.33-46

SANCHES, Antônio Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003. (A)

\_\_\_\_\_. *Método para aprender e estudar a Medicina*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003. (B)

SANTOS, Maria Helena C. dos. Poder, intelectuais e contra-poder. In: SANTOS, M. H. C. dos (coord.). *Pombal revisitado* vol. 1. Lisboa: Editora Estampa, 1984. p.121-130

SILVA, Ana Rosa Clochet da. A formação do homem público no Portugal setecentista: 1750-1777. *Revista Intellectus*. Ano 02, vol. II, p.1-31, 2003.

TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*. São Paulo: EDUSP, 1999.

VILLALTA, Luiz Carlos. As origens intelectuais e políticas da Inconfidência Mineira. In: RESENDE, M. E. L. de; VILLALTA, L. C. (org.). *As Minas Setecentistas 2*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p.579-608.

---

Data de recebimento: 30 de março de 2011

Data de aprovação: 16 de junho de 2011